

SUMÁRIO

Capítulo I

A SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO E A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL.....

23

1.1. Conceito de inconstitucionalidade	23
1.1.1. Dos elementos da inconstitucionalidade.....	23
1.2. Espécies de inconstitucionalidade (normativa, não normativa, por ação, por omissão, formal, material, originária, superveniente, total, parcial, direta e indireta).....	29
1.3. Conceito, objeto e parâmetro do controle de constitucionalidade	42
1.3.1. Bloco de constitucionalidade	59
1.4. Natureza do controle de constitucionalidade	63
1.5. Os sistemas de controle jurisdicional de constitucionalidade.....	64
1.5.1. Classificação.....	64
1.5.1.1. Momento a partir do qual podem ser ajuizadas a ADIn e a ADC.....	67
1.6. Semelhanças e dissimilaridades entre o controle abstrato e o concreto.....	73
1.6.1. Normas passíveis de controle abstrato de constitucionalidade	84
1.6.2. Ofensa direta e ofensa indireta à Constituição.....	86
1.6.3. Condições da ação e pressupostos processuais	89
1.6.3.1. Legitimados à propositura de ADIn e ADC.....	94
1.6.3.1.1. Pertinência temática ou objetiva	97
1.6.3.2. Representação processual e capacidade postulatória.....	98
1.6.3.3. Impedimento e suspeição	101
1.6.3.4. Carência originária e superveniente do direito de ação	105

1.6.4. O pedido na ADIn e na ADC	108
1.6.4.1. O pedido de medida cautelar na ADIn e na ADC ...	108

Capítulo II

CONSEQUÊNCIAS DA INCONSTITUCIONALIDADE E DE SUA DECLARAÇÃO JUDICIAL..... 111

2.1. Inexistência, nulidade e anulabilidade.....	111
2.2. Da sanção de nulidade absoluta	117
2.2.1. Dos efeitos pretéritos residuais do ato nulo: teoria da paraeficácia do ato nulo.....	117
2.3. Da revogação da norma	126
2.3.1. Conceitos de vigência, eficácia, revogação, recepção e repristinação	126
2.3.1.1. Os equívocos conceituais e suas consequências ..	127
2.4. A questão do controle abstrato da legislação pré-constitucional..	129
2.4.1. O <i>status quaestionis</i> no direito comparado.....	129
2.4.2. O <i>status quaestionis</i> no STF	132
2.4.3. Crítica à posição do STF	133
2.4.3.1. Da revogação por inconstitucionalidade.....	133
2.4.3.2. Inconstitucionalidade sem nulidade.....	138
2.4.3.3. Vigência da norma e atualidade da ofensa à Constituição.....	141
2.4.3.4. Exceção à regra da revogação por inconstitucionalidade: o caso da inconstitucionalidade superveniente por mutação fática ou da interpretação da norma.....	147
2.4.3.5. Da constitucionalidade superveniente	149
2.4.3.6. Da conveniência do controle abstrato da legislação pré-constitucional.....	151

Capítulo III

O PAPEL DO SENADO FEDERAL NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE..... 153

3.1. Suspensão da execução de lei e revogação	155
3.2. Natureza jurídica da resolução senatorial.....	157

3.3. Competência discricionária e competência vinculada	160
3.4. Eficácia retroativa e eficácia prospectiva	164
3.5. “Efeito repristinatório” ou não da resolução	170
3.6. Revogabilidade ou não da resolução suspensiva	171
3.7. Desnecessidade de comunicação formal ao Senado.....	173
3.8. Mutação jurisprudencial.....	173
3.9. Controle da constitucionalidade da resolução.....	174
3.10. Posi�o hierárquico-normativa da resolução	175
3.11. Normas passíveis de suspensão pelo Senado	176
3.12. Súmula vinculante e decisão em repercussão geral: utilidade da resolu�o	181
3.13. “Abstratiza�o” do controle incidental exercido pelo STF	183
3.14. Síntese	193

Capítulo IV

EFICÁCIA DAS DECISÕES DEFINITIVAS DO STF EM ADIN E ADC: ESPECIFICIDADES DO CONTROLE CONCENTRADO

195

4.1. A natureza objetiva do processo constitucional e suas implica�es	195
4.1.1. � possível um processo sem partes?.....	196
4.1.2. A eficácia <i>erga omnes</i> como decorrência da natureza objetiva do processo constitucional	198
4.1.3. O efeito vinculante como decorrência da op�o do legislador constituinte.....	200
4.1.4. Distin�o entre coisa julgada <i>erga omnes</i> , eficácia <i>erga omnes</i> e efeito vinculante.....	201
4.1.4.1. Diferença quanto � técnica processual.....	212
4.1.4.2. A súmula vinculante	214
4.1.5. Da cláusula <i>rebus sic stantibus</i> implícita na coisa julgada <i>erga omnes</i> , na eficácia <i>erga omnes</i> e no efeito vinculante	217
4.1.5.1. Cessa�o da eficácia prospectiva da coisa julgada nas rela�es tributárias continuativas.....	228
4.1.6. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada <i>erga omnes</i>	232
4.1.6.1. Limites objetivos	232

4.1.6.1.1. Vinculação de todos à parte dispositiva do acórdão definitivo.....	233
4.1.6.2. Limites subjetivos.....	242
4.1.6.2.1. Autovinculação do STF à coisa julgada <i>erga omnes</i>	242
4.1.7. Limites objetivos e subjetivos do efeito vinculante	247
4.1.7.1. Limites objetivos	247
4.1.7.1.1. Efeito vinculante: vinculação aos motivos determinantes (“tragende Gründe”) ou à parte dispositiva da decisão?	247
4.1.7.2. Limites subjetivos.....	259
4.1.7.2.1. Inexistência de autovinculação do STF ..	259
4.1.7.2.2. Inexistência de vinculação do Poder Legislativo.....	260
4.2. O denominado “efeito repristinatório” e o efeito vinculante.....	263
4.2.1. O “efeito repristinatório” injusto ou indesejado	265
4.2.1.1. Da necessidade de cumulação de pedidos e seus inconvenientes.....	266
4.2.2. Relações entre o “efeito repristinatório” e o efeito vinculante	269
4.3. A impossibilidade de renovação de prazos decadenciais e prescricionais já exauridos em virtude da decisão do STF	272
4.3.1. Declaração de inconstitucionalidade e repetição de indébito tributário.....	275
4.3.2. A (in)constitucionalidade do art. 741, parágrafo único, do CPC-73 e dos arts. 525, §§ 12 e 15, e 535, §§ 5º e 8º, do CPC-2015	277
4.4. A manipulação dos efeitos da decisão definitiva de mérito em ADIN e ADC.....	307
4.4.1. Limites à modulação: a sanção de nulidade como norma-regra.....	341

Capítulo V

A NATUREZA DÚPLICE DA ADIN E DA ADC..... 349

5.1. A produção de coisa julgada material e efeito vinculante nas decisões definitivas de procedência e de improcedência	349
--	-----

5.1.1. A questão no direito comparado	349
5.1.2. A questão no STF.....	353

Capítulo VI

APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE COMO LIMITAÇÃO AO EFEITO VINCULANTE E À EFICÁCIA <i>ERGA OMNES</i>.....	363
---	------------

6.1. Casos em que o próprio STF relativizou o efeito vinculante e a eficácia <i>erga omnes</i>	366
6.1.1. O caso da Rcl nº 1067	367
6.1.2. O caso da ADIn nº 223.....	371
6.1.3. O caso da ADIn nº 1232	379
6.2. O caso da antecipação de tutela contra a Fazenda Pública.....	382

CONCLUSÕES.....	385
------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA.....	403
--------------------------	------------